

----- **ACTA N.º 13/2009** -----

-----Ao primeiro dia do mês de Julho de dois mil e nove, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada pela Técnica Superior, Margarida Maria Gonçalves Amaro.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento aos Senhores Vereadores dos assuntos que haviam sido solicitados em anteriores reuniões de Câmara, ou seja, relativamente ao processo disciplinar do funcionário Luís Santinho, ao processo de contra-ordenação relativo ao acesso directo à Variante de Celorico da Beira e aos pedidos para celebração de contratos de comodato.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu mais uma vez que tinha uma questão a colocar e que gostaria que a Jurista da Autarquia estivesse presente. Disse também que havia ficado lavrado em acta que os serviços responsáveis, iriam enviar os mapas onde constassem os trabalhos a mais relativamente às obras públicas a decorrer no concelho, mas até à presente data, ainda não lhe foram facultados esses dados.-----

-----Informou também o Executivo que estaria de férias no período de 24 de Julho a 17 de Agosto.-----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Hélder Bruno** informou também o Executivo que estaria de férias no período de 15 a 31 de Julho. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**REQUERIMENTO APRESENTADO POR JOSÉ ESPÍRITO SANTO – LOTEAMENTO N.º 2/2007;**-----

-----**EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE – PAULO DOS SANTOS CUNHA (S. PEDRO);**-----

-----**BALANÇO DO ANO LECTIVO – PROF. MÁRIO SUCENA;**-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES;** -----

-----**EMPREITADA – “PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO RURAL – QUINTAS DO SALGUEIRO – CARDAL – LIMITE DO CONCELHO DE TRANCOSO;**-----

-----**“BENEFICIAÇÃO DA EM 581 (CRUZAMENTO DO BARAÇAL – LIMITE DO CONCELHO DE TRANCOSO” – APROVAÇÃO DE PROJECTOS;** -----

-----**EMPREITADA – “BENEFICIAÇÃO DA E.N. 16 (CELORICO - LIMITE DO CONCELHO DA GUARDA)”;**-----

-----“BENEFICIAÇÃO DA E.M. (PRADOS – CRUZAMENTO DE LINHARES)”, -----

-----“BENEFICIAÇÃO DA E.M. 17 – ESTRADA MUNICIPAL 554”, -----

-----“BENEFICIAÇÃO DA E.M. 1102 (VELOSA – LIMITE DO CONCELHO DE TRANCOSO” – APROVAÇÃO DE PROJECTOS;-----

-----CONSTRUÇÃO DE UM OVIL TIPO (ALTERAÇÃO). -----

-----I - **APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA DEZASSETTE DE JUNHO DE DOIS MIL E NOVE**-----

-----Foi presente a acta número doze, da reunião ordinária do Executivo de dezassete de Junho de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.--

-----Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

-----II - **SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO:** RASTREIO AUDITIVO GRATUITO - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO-----

-----**Requerente: Acústica Médica**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 153/2009, datada de 22/06/2009, referindo que analisada a exposição feita pela firma Acústica Médica referente a uma Campanha Nacional de Rastreio Auditivo, que pretende levar a efeito em Celorico da Beira no próximo dia 7 de Julho de 2009 entre as 9H30 e as 18H00, no Largo da Corredoura, informam que tratando-se de uma 3ª feira e sendo Mercado na Vila de Celorico da Beira, deverá ser vedado três lugares de estacionamento junto à estátua do Pastor. -----

-----Quanto ao pedido de isenção das taxas e imposto de selo, o mesmo poderá ser atendido, pois trata-se de um rastreio totalmente gratuito à população.-----

-----A Câmara deliberou autorizar a vedação de três lugares de estacionamento junto à estátua do Pastor, para a Campanha Nacional de Rastreio Auditivo, que se pretende levar a efeito em Celorico da Beira, no próximo dia 7 de Julho de 2009, entre as 9H30 e as 18H00, no Largo da Corredoura.-----

-----Mais deliberou isentar de taxas e imposto de selo, por se tratar de um rastreio gratuito à população.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----III - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO-----

-----ASSUNTO: PROCEDIMENTO PARA ALIENAR VIATURAS EM FIM DE VIDA E RESÍDUOS METÁLICOS-----

-----Foi presente informação datada de 23/06/2009, da Secção de Contabilidade e Aprovisionamento, referindo que irá proceder-se à alienação de viaturas em fim de vida e resíduos metálicos identificados por lotes, cuja lista que se anexa à presente acta (**anexo I**).-----

-----Mais solicitam que seja indicada uma Comissão para determinar o valor base de licitação dos lotes acima indicados e uma Comissão para proceder à abertura das propostas.-----

-----A Câmara deliberou que integre a comissão para determinar o valor base de licitação dos lotes os Senhores António de Almeida Plácido, Encarregado Geral Operacional; António Manuel da Cunha Morais, Assistente Operacional e Nuno Miguel Gonçalves Saraiva, Técnico Informática Grau I e para a comissão de abertura e propostas, os Senhores António Graça Silva, Vereador em Regime de Permanência sem Exclusividade; Maria de Fátima Plácido de Almeida

Neves, Coordenador Técnico e Maria do Céu Neves Martins Louro, Técnica Superior.-----

-----**IV - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE**-----

-----**ASSUNTO: CONSULTA PÚBLICA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PROJECTO "PARQUE EÓLICO DE PRADOS - AIA 2034"**-----

-----Foi presente ofício com a referência n.º AIA2034/1072/09/GAIA, datado de 17/06/2009, em nome da Agência Portuguesa do Ambiente, referindo que está a decorrer no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto acima referido, do qual faz parte a Consulta Pública. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**V - INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA**-----

-----**ASSUNTO: ACORDO 28 - ACORDO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA PROHABITA**-----

-----Foi presente ofício com a referência n.º 189939, datado de 17/06/2009, proveniente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, dando conhecimento que em 2009-06-01, foi celebrado um Acordo de Colaboração (PROHABITA) entre o Município de Celorico da Beira e este Instituto, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho, na redacção dada pelo D.L. n.º 54/2007, de 12 de Março, destinado ao realojamento de 15 agregados familiares residentes no concelho (tendo-se encerrado o 1.º Acordo de Colaboração celebrado em 1988-11-22).-----

-----O referido Acordo resultou da conversão ao PROHABITA (com redução do número de fogos) do 1.º acordo de colaboração celebrado em 1988-11-22, ao abrigo do D.L. n.º 226/87, de 6 de Junho, para a construção de 56 habitações, destinadas prioritariamente ao realojamento da

população residente em construções pré-fabricadas da ex-CAR e Fundo de Desemprego, barracas e situações similares, o qual não teve qualquer concretização. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----VI - ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES -----

-----ASSUNTO: REGIME APLICÁVEL À CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS APTAS AO ALOJAMENTO DE REDES DE COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS. DECRETO-LEI N.º 123/2009, DE 21 DE MAIO -----

-----Foi presente circular n.º 85/2009-PB, datada de 15/06/2009, em nome da Associação Nacional de Municípios Portugueses, referindo que foi publicado o Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio – tendo o mesmo entrado em vigor no dia seguinte ao da publicação – que estabelece regime aplicável à construção de infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, à instalação de redes de comunicações electrónicas e à construção de infra-estruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios e edifícios. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----VII - ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO E VANGUARDA NA INVESTIGAÇÃO REGIONAL -----

-----ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DO TÚNEL SOB A SERRA DA ESTRELA E RESPECTIVAS ACESSIBILIDADES -----

-----Foi presente ofício datado de 31/05/2009, proveniente da Associação para Desenvolvimento e Vanguarda na Investigação Regional, referindo que esta Associação (ADVIR), criada por Escritura Pública Notarial e publicada no Diário da República, III - série, n.º 298 de 29/12/86, radicada

em Santa Marinha – Seia, tem vindo ao longo dos anos a trabalhar no sentido de promover acções e actividades sócio-culturais, tal como, apresenta, este projecto, que certamente vem contribuir para o desenvolvimento regional nesta faixa transversal de Portugal – Região das Beiras, onde os recursos são como que Satélites da Estrela Gigante Apagada, cuja luz ainda não se fez brilhar, em indústrias transformadoras na valorização dos recursos endógenos e exógenos, e outras derivadas, que em cadeia dão origem a tantas mais, para as soluções no combate à crise actual: desemprego, desertificação humana e criação de postos de trabalho, que, por acção directa origina 20.000 postos de trabalho e cerca de centena e meia de milhar por acção indirecta ao longo desta faixa transversal de Portugal. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**VIII - GOVERNO CIVIL DA GUARDA** -----

-----**ASSUNTO: ASSINATURA DE PROTOCOLO DE FINANCIAMENTO C/ASSOCIAÇÃO DE CAÇA, PESCA, TIRO E AGRICULTURA DE RATOEIRA** -----

-----Foi presente ofício datado de 19/06/2009, proveniente do Governo Civil da Guarda, referindo que Sua Ex.^a o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Dr. Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita, deslocar-se-á a este Distrito a fim de presidir pessoalmente à cerimónia de assinatura dos protocolos de financiamento no âmbito do Sub-Programa 2 – Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva. -----

-----No acto será assinado o protocolo de financiamento com a Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura de Ratoeira, relativo à comparticipação nas obras de construção da sede. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

**-----REQUERIMENTO APRESENTADO POR JOSÉ ESPÍRITO SANTO –
LOTEAMENTO N.º 2/2007-----**

-----Foi presente informação interna datada de 29/06/2009, do Gabinete Jurídico, com o seguinte teor: -----

-----Na sequência da deliberação do 17/6/2009 que aprovou a permuta dos lotes propostos pelo promotor do loteamento, a redução da caução em 3 lotes e a dação em cumprimento, o promotor Senhor José Augusto do Espírito Santo, na deslocação ao Cartório Notarial de Celorico da Beira, para proceder à marcação das respectivas escrituras, foi informado que, relativamente à permuta e à redução da caução, estas formalmente, não são exequíveis, por os lotes que integram o loteamento serem sua propriedade, incidindo apenas alguns deles hipotecas constituídas a favor do Município. -----

-----Pelo que, em termos formais (realização de escritura) apenas é necessário formalizar a escritura pública de dação e cumprimento a qual integra em si, a dação, a permuta e a redução da caução dos lotes. -----

-----Face ao exposto, acauteladas ambas as situações (permuta e redução) através da escritura pública de dação em cumprimento, deve deliberar-se que: -----

-----1) O promotor vai dar e o Município aceita com dação em cumprimento para pagamento da caução pelo montante de 179 688,77€ (cento e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e oito euros e setenta e sete cêntimos), devida pela autorização do loteamento n.º 2/2007 (antigo alvará n.º 2/94), os lotes n.ºs 3,4,7,8,9,10,19,20,21,22,23,24,25,26,27,29,30 e 31. - -----

-----2) Em consequência da dação em cumprimento autoriza-se o cancelamento de todas as hipotecas sobre os lotes, bem como dar quitação ao Senhor José Augusto do Espírito Santo da dívida para com a autarquia, resultando do referido loteamento. -----

-----É tudo o que se oferece apresentar sobre o assunto em questão, pelo que V.Ex.^a melhor o decidirá. -----

-----Solicita-se a aprovação em minuta.” -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que este assunto estava novamente presente à reunião, pelos motivos evocados na informação técnica, propondo a sua aprovação nos moldes apresentados, de forma a poder concretizar-se a formalização da escritura de dação em cumprimento e solucionar-se em definitivo este problema.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** reitera a sua posição e, frisa, uma vez mais, que o promotor irá beneficiar de um privilégio, que efectivamente não merece. Mas, atendendo ao exposto, declara que os **Vereadores da Oposição** irão abster-se nesta votação, uma vez que a solução apresentada é a única forma de Câmara Municipal resolver uma situação que se vem protelando no tempo, com graves prejuízos para os moradores do loteamento. -----

-----Face ao exposto, a Câmara deliberou que: -----

-----1) O promotor vai dar e o Município aceita com dação em cumprimento para pagamento da caução pelo montante de 179 688,77€, devida pela autorização de loteamento n.º 2/2007 (antigo alvará n.º 2/94), os lotes n.ºs 3,4,7,8,9,10,19,20,21,22,23,24,25,26,29,30 e 31.-----

-----2) Em consequência da dação em cumprimento autoriza-se o cancelamento de todas as hipotecas incidentes sobre os lotes.-----

-----Deliberou ainda dar quitação ao Senhor José Augusto do Espírito Santo da dívida para com a autarquia, resultante do referido loteamento. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**EMIÇÃO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE – PAULO DOS SANTOS CUNHA (S. PEDRO)**-----

-----Foi presente requerimento n.º 474, datado de 17/06/2009, em nome de Paulo dos Santos Cunha, pretendendo efectuar um destaque de uma parcela de terreno, localizada em espaço urbanizável, de acordo com o PDM em vigor. A parcela de terreno a destacar possui uma área de 27.553.00 m², ficando uma área sobrando de 19.788.00 m². A parcela de terreno a destacar destina-se à construção de uma habitação unifamiliar composta por 2 pisos e anexos. -----

-----Assim sendo e em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente o ponto 4, do art. 6.º, do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/07, de 4 de Setembro e o ponto 2 do art. 17.º do Capítulo III, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, a parcela de terreno a destacar cumpre a seguinte condição: -----

-----a) As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos; -----

-----A contagem do ónus do não fraccionamento de outra parcela, do mesmo prédio, decorre no prazo de 10 anos e inicia-se a sua contagem após o registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, de acordo com o ponto 7, do art. 6.º do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 177/01 de 4 de Junho. -----

-----**Após análise do parecer dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, deferir a pretensão do requerente, autorizando o destaque de uma parcela de terreno, com a área de 19.788 m².** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**BALANÇO DO ANO LECTIVO – PROF. MÁRIO SUCENA**-----

-----Foi presente *email* datado de 22/06/2009, proveniente da Escola Sacadura Cabral, do Professor Mário Sucena, com o seguinte teor: -----

-----“Tendo terminado mais um ano lectivo, é tempo de balanço. Foi, sem dúvida, um ano em que todas as actividades decorreram com bastante normalidade e, *“Ipso Facto”*, as instituições envolvidas só podem estar orgulhosas do seu desempenho. Sem dúvida que os alunos do 1.º ciclo do concelho de Celorico da Beira tiveram, dentro das limitações sobejamente conhecidas, o melhor tratamento possível. Assim, considero que é altura de agradecer o empenho dos elementos da Autarquia na prossecução dos objectivos propostos. Destaco, naturalmente, a atitude empenhada, colaborativa e sempre presente da Ex.ª Dr.ª Celita, que sempre esteve disponível, mesmo fora das horas de trabalho, para ajudar e resolver qualquer questão. Foi, sem dúvida, um belíssimo exemplo de colaboração, de realçar. Naturalmente, há aspectos a melhorar, também sobejamente conhecidos. Pela minha parte encontro-me ao dispor para ajudar a encontrar as melhores condições para que os alunos deste concelho se tornem melhores homens de amanhã.” -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES** -----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número 9, de dois mil e nove, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante **(anexo II)**. -----

-----**EMPREITADA – “PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO RURAL – QUINTAS DO SALGUEIRO – CARDAL – LIMITE DO CONCELHO DE TRANCOSO**-----

-----**“BENEFICIAÇÃO DA EM 581 (CRUZAMENTO DO BARAÇAL – LIMITE DO CONCELHO DE TRANCOSO” – APROVAÇÃO DE PROJECTOS** -----

-----Foi presente informação técnica datada de 29/06/2009, da Secção de Obras Municipais, informando que os projectos supramencionados se encontram devidamente instruídos, nos termos da alínea f), do n.º 1, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**EMPREITADA – “BENEFICIAÇÃO DA E.N. 16 (CELORICO - LIMITE DO CONCELHO DA GUARDA)”** -----

-----**“BENEFICIAÇÃO DA E.M. (PRADOS – CRUZAMENTO DE LINHARES)”** -----

-----**“BENEFICIAÇÃO DA E.N. 17 – ESTRADA MUNICIPAL 554”** -----

-----**“BENEFICIAÇÃO DA E.M. 1102 (VELOSA – LIMITE DO CONCELHO DE TRANCOSO” – APROVAÇÃO DE PROJECTOS**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art. 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia vinte e nove de Junho de dois mil e nove, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, na informação técnica, referente aos projectos supramencionados. -----

-----**A Câmara deliberou ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de vinte e nove de Junho de dois mil e nove, relativo aos projectos supramencionados.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**CONSTRUÇÃO DE UM OVIL TIPO (ALTERAÇÃO)**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Particulares, datada de 01/07/2009, referindo que relativamente ao assunto em epígrafe tem sido prática corrente deste Município proceder ao fornecimento do referido projecto aos Munícipes e, na sequência da constante alteração do projecto

em fase de execução, no que se refere aos materiais da estrutura resistente da cobertura uma vez que esta se encontra projectada em madeira, informa que se procedeu à alteração da referida estrutura em madeira por uma estrutura metálica ou em laje aligeirada, uma vez que estamos perante um projecto tipo que não pode ser alvo de alterações, deste modo colmatam-se as mesmas. -----

-----**Após análise da informação técnica, a Câmara deliberou aprovar a alteração supramencionada.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do número dois e número cinco, do artigo oitenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco – A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção dos munícipes presentes. -----

-----Presente na reunião, o Gestor Comercial da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, começou por dizer que a carteira de seguros da autarquia está na Companhia de Seguros Fidelidade Mundial há já bastante tempo, tendo sido solicitadas recentemente duas anulações de seguros de trabalho por parte da Câmara Municipal, sem qualquer explicação, tendo a agência feito inúmeras tentativas para reunir com o Senhor Presidente da Câmara, mas até à data não surtiram qualquer efeito. -----

-----Relembrou que a referida carteira de seguros foi ganha pela Companhia Fidelidade Mundial em concurso público e que na sua opinião a autarquia está a delapidar a carteira de seguros que detém na companhia. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que nunca recusou um pedido de reunião a ninguém, que irá analisar toda a documentação e tudo o que referido pelo Gestor Comercial da Companhia de Seguros da Fidelidade Mundial, para posteriormente reunirem, acrescentando que a autarquia trabalha com todos os mediadores do concelho.-----

-----O Gestor Comercial da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial alertou novamente para o facto, de se estarem anular seguros que foram ganhos por concurso público, depositados em dois mediadores desta localidade.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** começou por dizer que o assunto é pertinente e que devia ser discutido em pormenor uma vez que os contratos anulados foram assinados por alguém, e assim sendo, essa pessoa saberá qual o motivo e porque razão o fez.-----

-----Disse que o Senhor Presidente da Câmara não pode dizer que desconhece esta situação, porque se assim for, fica bastante preocupado porque, alguém decidiu sem o seu conhecimento proceder a um acto de anulação de um direito ganho através de concurso público, o que no seu entender é bastante grave.-----

-----O Senhor Vereador questionou o Gestor Comercial da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial sobre se era verdade que os seguros em questão estavam em carteira dos mediadores, desta localidade, Senhora Helena Achando e Senhor Alexandre Lourenço Marques, bem como se os seguros anulados pertenciam à carteira do mediador Senhora Helena Achando-----

-----Tendo o gestor confirmado que de facto assim era.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que estas anulações certamente têm a ver com o facto de outras companhias terem

apresentado soluções com preços mais baixos, e atendendo à situação financeira que a autarquia atravessa, não pode em hipótese alguma deixar de ter em conta propostas mais vantajosas.-----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que, se esses contratos foram a concurso público e ainda não tinham terminado, qual a razão de serem alterados nesta altura. Disse que foram contratos feitos de forma legal, pretendendo saber quais as razões fundamentais que levaram a essa alteração visando apenas um mediador.-----

-----O Gestor Comercial da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial referiu novamente que estas apólices, dizem respeito a seguros de acidente de trabalho, que são pagos mensalmente e estão a ser anulados. Esclareceu que o fraccionamento é feito mensalmente na folha de férias. ---

-----Referiu que não concorda com a forma como esta anulação foi feita, uma vez que a autarquia trabalha com esta companhia há já alguns anos e os seguros foram anulados, sem nunca terem sido discutidos preços, nem solicitados orçamentos para comparação de valores. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que só tem conhecimento de duas situações de anulação de apólices, mas que o motivo, tal como já foi dito deve-se a factos financeiros. Reiterou que após análise de todo o processo irá agendar uma reunião com o Gestor da Companhia de Seguros.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o executivo está agir de boa fé. Rejeita o termo delapidar carteira de seguros, utilizado pelo Gestor Comercial da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, até porque, esta companhia detém 90% da carteira de seguros da autarquia. ---

-----Disse que a assistência ao cliente deve ter uma forma activa de apresentar novas propostas. Desconhece a data de início do seguro, mas

pensa que foi no anterior mandato. Referiu que está no âmbito das competências do Senhor Presidente da Câmara formalizar contratos. -----

-----Por fim, sugeriu que fosse marcada uma reunião para avaliar esta situação.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que mediante tudo aquilo que ouviu e que tem vindo a acontecer, tem algumas reservas relativamente à “boa fé”, lamentando que as pessoas enveredem por certos caminhos para atingir determinados objectivos.-----

-----Disse que há algum tempo atrás, os seguros dos eleitos locais vieram a reunião de Câmara para serem aprovados, e não entende como tomam uma decisão de anular seguros sem serem presentes em reunião, parece-lhe incongruente que umas coisas tenham que ser objecto de deliberação e outras não.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que como o Senhor Presidente já havia referido, irá ser marcada uma reunião para esclarecer este assunto. Disse que os assuntos são agendados e presentes a reunião numa óptica de transparência e claro de cumprimento da lei.-----

-----O Gestor Comercial da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial disse que a companhia sempre agiu de boa fé. Disse que a autarquia tem autonomia para pedir cotação onde quiser, mas considera que o devia ter feito também na Fidelidade Mundial. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que gosta de esclarecer muito bem este tipo de situações, caso contrário não ficaria bem com a sua consciência, uma vez que não gostaria de voltar a tempos antigos em que os intitulados donos do poder, utilizando a velha máxima de “quem não é por nós é contra nós”, dando azo a repressões e perseguições. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** pretendeu saber qual a perseguição em concreto que foi feita, uma vez que até à data, não tem conhecimento de nenhum caso. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Rui Correia** disse que o Senhor Presidente sabe bem a quem se está referir, de seguida fez um apelo para que o executivo, no seu todo, não tenha o mesmo comportamento que Executivos do passado e que acabassem o mandato evitando este tipo de situações, nada abonatórias, para quem sempre pautou a sua conduta por um claro distanciamento e diferenciação de outros de outrora, que não serviram os interesses do município e do concelho. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** considera que todos os elementos do executivo aqui presentes sempre se pautaram pelo rigor e transparência e a existir algum caso de perseguição, gostaria que o Senhor Vereador fosse mais objectivo.-----

-----Disse que o Executivo é constituído por cinco elementos que têm o dever de melhorar o que está bem e banir o que está mal e, na sua opinião, a “era das perseguições” está enterrada, não devendo sequer o Senhor Vereador fazer alusão a esta situação ou fazer qualquer analogia com a actualidade.-----

-----Presente nesta reunião o Senhor Nuno Nascimento começou por se apresentar, para de seguida questionar o Senhor Vereador José Luís Cabral sobre o facto de o pai, que se encontra desempregado, se ter dirigido à autarquia para pedir para ser integrado nesta, a desempenhar qualquer função, de forma a solucionar a sua situação. No entanto, face às insinuações feitas ao seu pai, a sua opinião era a de que o Senhor Vereador estava a fazer um aproveitamento político da situação.-----

-----Referiu que é uma pessoa independente do pai e que toda a sua vida foi do PSD. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que este é um problema familiar, que deveria ser discutido em local oportuno e não numa reunião de Câmara. Relativamente ao assunto em concreto disse que efectivamente recebeu o pai do Senhor Nuno e que lhe foi dito, que iriam tentar fazer todos os possíveis para o ajudar, mas infelizmente as coisas nem sempre demoram o tempo que é desejável, mas continuam à procura de uma solução.-----

-----Esclareceu que o pai do Senhor Nuno esteve integrado num POC na autarquia, mas que a actual legislação não permite a sua renovação.-----

-----Por último, refuta liminarmente qualquer acusação de aproveitamento político, porque nunca fez qualquer alusão desse tipo e a sua principal preocupação sempre foi ajudar o Senhor a encontrar uma solução e que grave seria se perante um problema de um munícipe o Executivo não se mostrasse disponível para ajudar.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezassete horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----